

Como seria Portugal sem subsídios das autarquias?

Menos oferta, menos diversidade. Um país mais centralizado na capital. Teatros de portas fechadas para milhares de espectadores. Portugal seria assim, se os presidentes das câmaras municipais fossem todos como Rui Rio e cortassem os subsídios à Cultura

JOANA GORJÃO HENRIQUES

Imagine-se um país sem subsídios das autarquias. Em Lisboa, provavelmente o Festival Alcantara, um dos mais internacionais do país, ou o Doc, o festival que pós o documentário na agenda cultural portuguesa, não teriam a mesma força. E muito provavelmente a Festa da Música, no Centro Cultural de Belém, não aconteceria (a Câmara de Lisboa apoia com 100 mil euros).

No Porto a cidade seria como vai ser a partir de agora, com o Teatro Nacional de São João a programar para a cidade e o Coliseu a acolher propostas das grandes produtoras – pouca oferta, portanto.

Rui Rio, o presidente da Câmara Municipal do Porto, decidiu agora cortar todos os subsídios à criação para acabar com a “subsidiodependência” e “dar um exemplo” ao país. Porque é o Ministério da Cultura (MC), que este ano deu 52,6 milhões de euros de subsídios às artes, que deve desempenhar esse papel, diz o presidente da câmara (PSD).

E se todos os autarcas fossem como Rui Rio? Os vários espaços culturais que estão a inaugurar-se em Portugal (ver páginas 4/5), com uma parte da construção financiada pelo ministério, estariam fechados, porque o grosso do orçamento de programação é assegurado pelas câmaras. Estariam de portas fechadas para milhares de espectadores de teatro, dança, música, circo, exposições, cinema alternativo, etc., que ali se deslocam anualmente e que, em muitos casos, são em número superior aos dos teatros nacionais de Lisboa e do Porto.

“Haveria uma forte concentração na capital”, diz José Soares Neves, investigador do Observatório das Actividades Culturais, uma vez que “o papel das autarquias é pôr em prática a descentralização”. Seria um país “mais pobre do ponto de vista da resposta às necessidades das populações”, porque é esse o princípio da descentralização. “Não é possível olhar para Portugal sem ter em conta o papel das autarquias – é um dos princípios mais consensuais.”

Há bons equipamentos em Portugal e há público para lhes dar uso, como mostram os balanços anuais: de Vila Real a Faro, da Guarda a Sines e a Viseu. Aliás, contrariando a

onda de Rui Rio, que em 2004 deu 322 mil euros à Cultura (19 vezes menos do que a Guarda), o Norte foi a área geográfica onde as câmaras mais investiram neste domínio (141,7 milhões de euros), dizem os dados mais actualizados do Instituto Nacional de Estatística.

O fim dos subsídios autárquicos acabaria com os grupos que “desempenham uma função social”, que “compete ao Estado e às autarquias” e está consagrada na Constituição, diz Américo Rodrigues, director do novo Teatro Municipal da Guarda. “Seria um apagada e vil tristeza.” O que não quer dizer que não se faça um esforço para diminuir a importância dos subsídios. “Os

grupos e os teatros têm que fazer tentativas para equilibrar as contas.”

Não existe país sem apoio estatal às artes
O coreógrafo Paulo Ribeiro, director do Teatro Viriato em Viseu, recusa a ideia de subsídio a fundo perdido: “O investimento na Cultura nunca é a fundo perdido: os empregos que são gerados à volta de um projecto cultural, as carreiras, a dinâmica que se cria na cidade em termos de serviços... Esse investimento acaba por reverter para a cidade e fica lá.”

É justamente com números que Rui Horta, sedeador em Montemor-o-Novo com o seu

O Espaço do Tempo, responde: “Somos um excelente negócio para Montemor. Fizemos 10 mil refeições aqui, o que equivale a 75 mil euros.” Rui Rio é um exemplo, mas para não seguir, diz o também coreógrafo. “É muito importante que as autarquias se envolvam. O futuro vai ser o envolvimento das autarquias em projectos culturais e elas têm que se definir em oposição a Rui Rio. Muitos dos teatros foram construídos com o dinheiro da União Europeia e é preciso que tenham conteúdos. Os teatros são grandes pólos da cidade, são grandes sítios de reflexão do nosso tempo e uma arma muito importante que Portugal tem na mão. Se

não são subsidiados, o que vai acontecer é que se vai legitimar o pimba.”

Paulo Ribeiro, último director do Ballet Gulbenkian, contesta a ideia de subsidiodependência e diz que na maior

Há bons equipamentos em Portugal e há público para lhes dar uso. Na “provincia”, há teatros com um número de espectadores superior ao dos teatros nacionais de Lisboa e do Porto

parte dos casos os financiamentos estatais representam apenas uma pequena parte do orçamento de quem é apoiado. Rui Rio deu um exemplo “abominável”: “Os bons políticos devem investir a longo prazo, criar uma sociedade melhor.” Recusa imaginar o cenário de como seria um país sem subsídios municipais e diz: “O orçamento para a Cultura, tanto no ministério como na câmaras, é mínimo. Como é que se pode falar nisto, como se a Cultura fosse esbanjadora?”

É falsa a ideia de que há países, como os Estados Unidos e o Reino Unido, onde o Estado não financia as artes, esclarece José Neves. “Não existe uma perspectiva de não apoio às

MANUEL ROBERTO



Muitos agentes culturais afirmam que sem os subsídios desapareceria a diversidade da oferta e os preços dos bilhetes disparariam

Inquérito

artes.” Há dois modelos, o francês e o anglo-saxónico: no primeiro há uma intervenção estatal forte e directa, no segundo há intervenção indirecta através de sistemas como o desconto nos impostos para quem faz donativos para a Cultura. Mesmo em Portugal, constata, “independentemente dos discursos, todos os partidos mantêm o apoio às artes”. No entanto, não é obrigatório que o Estado apoie directamente: pode apoiar entidades que façam a gestão e é isso que acontece com os subsídios e com as empresas ou grupos que a câmara contrata para gerir os seus teatros. Sem os subsídios desapareceria a diversidade da oferta cultural e os preços dos bilhetes disparariam.

É preciso que a Cultura seja encarada da mesma forma que a Educação e a Saúde, diz José Bastos, director do Centro de Artes de Vila Flor, em Guimarães. “Enquanto isso não acontecer, andamos a criar esta falsa ideia de subsidiopendência. Ninguém questiona a importância de se fazer investimentos na Saúde e Educação.”

Vitor Nogueira não imagina Portugal sem os subsídios camarários: “O problema português é a Cultura. Não vejo como é que o serviço público seja assegurado sem esforço do Estado central ou municipal. Não concebo um país assim.” ■

IndieLisboa

1. O subsídio foi de 60 mil euros, mais 7500 euros para o Grande Prémio de Longa-Metragem Cidade de Lisboa. O orçamento foi de 500 mil euros.

2. Não seria o mesmo festival. Seria certamente muito mais frágil em termos de organização e limitado.

3. É uma parceria muito importante e um reconhecimento de uma entidade oficial.

Nuno Sena, o director do festival de cinema independente, que na última edição teve 28 mil espectadores, reconhece a importância do subsídio da câmara e do “peso institucional” que esta tem, contribuindo para que outras entidades reconheçam por arrasto “a legitimidade e qualidade” da iniciativa. Mas sublinha que “a ligação entre a organização e o município é normal”, porque o evento “serve os interesses da cidade, na dinamização e diversificação da sua oferta cultural”.

ExperimentaDesign

1. O protocolo que regula a parceria estratégica entre a autarquia e a quinta edição da ExperimentaDesign – Bienal de Lisboa prevê uma comparticipação financeira de 500 mil euros, divididos em dois anos, 2006 e 2007, o que corresponde a cerca de 20 por cento do custo total.



2. Seria absolutamente impossível produzir a ExperimentaDesign sem um apoio logístico expressivo e dedicado da câmara e sem uma comparticipação financeira desta ordem.

3. O apoio logístico da câmara também é fundamental.

“A articulação entre a sociedade civil e o Estado ou o poder local são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento de projectos estruturantes da sociedade, especialmente na área da Cultura, uma das mais carenciadas”, considera a presidente da Experimenta. Guta Moura Guedes destaca que a bienal, que “traz à capital portuguesa conteúdos programáticos de carácter nacional e internacional que atraem mais de 100 mil visitantes e que mobilizam mais de 350 criadores”, é “um evento de serviço público”.

Companhia Teatral do Chiado

1. O subsídio foi de 20 mil euros. Não sendo uma gota no oceano, o valor não é substancial no orçamento.

2. Sim, porque quando é feita a planificação há sobretudo um critério artístico e depois uma segunda triagem em função dos custos. Sem o subsídio, em vez de se fazerem, por exemplo, quatro espectáculos talvez só fossem feitos três.

3. Além do subsídio, a autarquia atribui à companhia o usufruto da sala estúdio do Teatro Municipal S. Luiz.

O “pequeno subsídio” atribuído pela câmara, explica o responsável pela produção, representa o “reconhecimento do mérito da companhia, que tem mais de 80 por cento de presença em sala e o único espectáculo em Portugal que está em cena há mais de dez anos”. Luís Macedo diz que este

apoio é também dado “a título compensatório”, pelo facto de as obras no espaço cedido pela autarquia terem obrigado a “uma itinerância forçada de quatro anos”.

Alkantara

1. O subsídio para o festival bienal, que tem um orçamento de 700 mil euros, foi de 50 mil euros, acrescido de igual montante atribuído em 2005.

2. O festival podia ter-se realizado, mas, incluindo outros apoios da autarquia, em vez de uma grande evento, teria sido um festival pequeno.

3. É muito importante para criar uma certa estabilidade, para dar mais certezas na continuação do trabalho, juntamente com outros pilares que são os apoios do Ministério da Cultura e da União Europeia.

“Pela primeira vez nos 12 anos de existência da Associação Alkantara, já sei que temos condições para fazer o festival em 2008”, afirma o seu director artístico, Mark Deputter, explicando que tal só é possível por ter ocorrido “uma multiplicação da base de apoio ao evento”, que inclui a Câmara de Lisboa.

Chapitô

1. O valor do subsídio atribuído pela câmara ao Chapitô em 2006 é de 150 mil euros, cerca de 10 por cento do orçamento da colectividade e escola de artes do espectáculo.

2. Sem o subsídio o Chapitô não poderia realizar algumas das actividades culturais que oferece à cidade.

3. Além da sua importância financeira, constitui um factor de credibilização do trabalho da companhia.

O gestor financeiro do Chapitô, João Menezes, considera que o subsídio da câmara é “um reconhecimento importante” da actividade desta colectividade, que era aguardado pela entidade “há 25 anos”.

Festa da Música

1. O subsídio foi de 100 mil e o custo final em 2006 foi de 1,2 milhões.

2. O apoio não é a condição necessária de viabilização do evento.

3. Simbolicamente, este subsídio representa uma consagração da ideia de que o evento é importante na agenda cultural da cidade de Lisboa.



O presidente do conselho de administração do Centro Cultural de Belém já tinha afirmado que o apoio da Câmara de Lisboa, apesar de ser “uma contribuição minoritária dentro do orçamento global”, ia “abrir as portas para encontrar outros parceiros”, contribuindo para garantir a sustentabilidade e continuidade do evento. O protocolo com a autarquia prolonga-se por três anos e segundo Mega Ferreira acontece “possivelmente porque a Festa da Música é um bom amigo da cidade de Lisboa e de Portugal”. INÉS BOAVENTURA

Fantasporto

1. Para a edição de 2007 (de 19 Fevereiro a 4 de Março), o orçamento global é de quatro milhões de euros. A Câmara do Porto prometeu uma com-



participação financeira de 30 mil euros, ou seja, 0,7 por cento do total.

2. O director do Fantas, Mário Dorminsky, garante que a sobrevivência do Fantas não está dependente da Câmara do Porto. “Não teríamos que acabar com o festival, nem sequer que sair do Porto, caso perdéssemos o apoio camarário”, afirma.

3. Dorminsky observa que, além do subsídio pecuniário, a autarquia dá um apoio logístico, equivalente a uma despesa de 150 mil euros por festival. “É o dinheiro que custaria o aluguer das salas do Rivoli, pelo qual não pagamos nada, mais as horas extraordinárias do pessoal.”

Mário Dorminsky declarou ao PÚBLICO estar confiante em que a verba prometida pela câmara será paga, porque o despacho em que Rui Rio acaba com os subsídios promete honrar “os compromissos já assumidos verbalmente ou por escrito”. E se o subsídio estiver condicionado pela obrigatoriedade de os responsáveis do Fantas se absterem de criticar o município? “Aceitamos, porque não é nosso papel ‘bater’ na câmara”, responde.

FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

1. O orçamento global é de 250 mil euros e a comparticipação da Câmara do Porto é de 25 mil.

2. “Uma quebra de dez por cento no orçamento prejudica o festival, mas ele faz-se na mesma, embora possa ter de emagrecer. De 2001 para 2003, a participação da CMP no festival diminuiu de 80 mil para 25 mil euros e ele não desapareceu, embora se tenha ressentido”, explicou ao PÚBLICO Mário Moutinho, director do FITEI.

3. Moutinho não está demasiado preocupado com a retração do investimento da autarquia: está demasiado preocupado com o facto de não saber se pode contar com o Rivoli em Maio.

É um dado adquirido que, mesmo quando não há CMP, continua a haver FITEI – aconteceu em 2002, logo no início do primeiro mandato de Rui Rio, e vai acontecer novamente em 2007, ano em que o festival esperava poder fazer uma edição em grande (é a 30ª). A preocupação maior é a do espaço. “O Rivoli tem o melhor palco da cidade e um dos mais bem equipados. É complicado programar o festival sem saber se o poderemos usar. Neste momento, a apenas meio ano de distância da 30ª edição, tenho dois festivais na cabeça: um com Rivoli, outro sem”, observa Mário Moutinho.

Fazer a Festa – Festival Internacional de Teatro

1. A Câmara do Porto comparticipa com 20 mil euros para um orçamento global de 50 mil.

2. Foi, durante alguns anos, um

festival suportado maioritariamente pela CMP – e é o único que não sobreviverá ao anunciado fim dos “subsídios a fundo perdido”.

3. “Há três anos, o apoio da câmara era de 50 mil euros. Passou primeiro para 20 mil, agora é igual a zero. As últimas edições já foram de resistência, mas sem este subsídio o Fazer a Festa terá muito poucas possibilidades de resistir no formato original: de um festival a sério, com quatro espectáculos diários ao longo de dez dias, vamos ter de passar para um festival de fim-de-semana”, disse ao PÚBLICO José Leitão, director do Teatro Art’Imagem.

O Teatro Art’Imagem, a companhia que há 25 anos organiza o festival, já colocou a questão da sobrevivência ao Ministério da Cultura, ao Instituto das Artes e aos concelhos vizinhos. “Não queríamos sair do Porto, porque o festival nasceu no Porto, é organizado por uma companhia do Porto e a cidade merece o festival. Mas nem sequer sabemos se a CMP voltará a ceder-nos o Palácio de Cristal, se nos recusamos a assinar a cláusula censória que obriga as estruturas subsidiadas a abster-se de criticar publicamente a câmara”, nota José Leitão.

Fundação Eugénio de Andrade

1. A câmara contribui com 15 mil euros, 15 por cento do orçamento global de 100 mil.

2. e 3. A fundação, adiantou ao PÚBLICO o presidente da direcção, Arnaldo Saraiva, corre o risco de fechar. “Não correria, se o distribuidor de livros de Eugénio de Andrade, que é a única fonte ‘normal’ de receitas, cumprisse o contrato que tem conosco”, ressalva. Há inclusive dificuldades para pagar os salários das duas funcionárias e da empregada que faz a limpeza do edifício que também serviu de residência ao poeta.

FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto

1. Para um orçamento global de 180 mil euros, a câmara contribui com dez mil (5 por cento).

2. e 3. O Festival Internacional de Marionetas do Porto (FIMP) está no mesmo barco que o FITEI: “Não poderemos contar com 10 mil euros num orçamento global de 130 mil não é drástico, até porque esse montante já era insignificante,



tendo em conta o serviço que presta à cidade. O que é drástico é não sabermos o que vai acontecer ao Rivoli, que sempre foi o centro nevrálgico do festival. É impossível programar assim”, explica a produtora do festival Ada Pereira da Silva.

Não excluindo a hipótese de a Câmara Municipal do Porto propor às estruturas subsidiadas “outras formas de apoio”, a produtora do FIMP considera ainda assim “moralmente incorrecta” a medida decretada por Rui Rio: “Festivais como o FIMP prestam um serviço importante ao nível da animação da cidade e em particular da Baixa desertificada. É preocupante que a CMP os desvalorize.” INÉS NADAIS E NATÁLIA FÁRIA

CASOS DE SUCESSO NA DESC

Há dois anos, a grande fatia do orçamento das autarquias para a Cultura foi para a construção de equipamentos culturais: 93,4 milhões de euros. Em Portugal há vários novos espaços fora das capitais com uma programação que podia acontecer em qualquer grande cidade. Como Faro, Braga, Guimarães, Vila Real, que estão a apostar na programação cultural diversificada. As estrelas já podem ir pelo país fora - e vão

Por Joana Gorjão Henriques

Em 17 anos, de 1986 a 2003, a despesa das autarquias com a Cultura teve um crescimento real de 613 por cento. Só em 2004, a despesa geral com a Cultura subiu 17 por cento, números do Instituto Nacional de Estatística - de 396 milhões de euros em 2003 passou para 462 milhões. A subida deve-se em boa medida às infra-estruturas: foram gastos 93,4 milhões de euros na criação de equipamentos culturais.

Este investimento crescente (que inclui despesas correntes com pessoal e despesas de capital com património, construção de equipamentos ou actividades como teatro e música) é um sinal positivo para a descentralização. "Quanto mais descentralizado é o Estado, maior é o nível de despesa das autarquias com a Cultura", diz José Soares Neves, investigador do Observatório das Actividades Culturais e autor do estudo *Despesas dos Municípios com a Cultura*. A tendência aproxima Portugal dos países europeus, acrescenta, pois "há uma aposta de descentralização na Europa", de "aproximar os equipamentos culturais das populações".

José Neves interpreta o aumento em 2004 com o facto de estarem a ser completados os projectos de construção da rede de cine-teatros, comparticipados pelo Ministério da Cultura. O que está a acontecer, diz, é as câmaras, proprietárias, passarem a gestão para empresas municipais.

Rui Telmo Gomes, um dos autores do estudo do Observatório *Entidades Artísticas e Culturais em Portugal*, o "eixo fundamental das despesas tem sido com infra-estruturas" (bibliotecas, recintos culturais, museus, património). Nesse aspecto, "o país está relativamente coberto". As questões que se colocam agora ligam-se à qualificação das actividades e dos recursos humanos. É que as despesas das autarquias com a Cultura são opcionais segundo a lei. O Estado não pode impor obrigações para apoiar a Cultura, a não ser nos casos em que existam contratos entre o Ministério da Cultura e as autarquias (caso das redes de arquivos, de bibliotecas, de construção de cine-teatros e de museus).

O mapa nesta página mostra alguns exemplos de sucesso da descentralização - escolheram-se teatros municipais ou equipamentos equivalentes por terem uma programação regular e um dos critérios foi

a distribuição geográfica.

Há muitos novos espaços e renovações e a aposta numa programação contemporânea que se projecte além da região (sinal disso é a aposta em *sites* com grafismo moderno).

Todos falam da necessidade da criação de um rede de teatros (a do ministério existe apenas para a construção), essencial para baixar os custos de programação. Juntos, estes nove espaços mobilizaram quase 400 mil espectadores.

As despesas com cultura das respectivas cidades excluem as despesas correntes e são os últimos dados publicados pelo INE. Excluíram-se Porto e Lisboa. Mas para se ter uma ideia, em 2004 a autarquia do Porto investiu 322 mil euros em Cultura (19 vezes menos do que a da Guarda) e Lisboa investiu 914 mil (15 vezes menos do que a de Viseu).

Teatro Municipal da Guarda

No primeiro ano (abriu em Abril de 2005), o Teatro Municipal da Guarda recebeu dinheiro do Programa Operacional da Cultura para a programação. Agora está sem apoio do Ministério da Cultura, que "não pensou nestas casas além do equipamento físico", critica o director Américo Rodrigues. "Não há uma rede, os espectáculos não circulam a preços mais reduzidos e as programações conjuntas fazem-se quando os teatros têm afinidades." O teatro da Guarda pertence a uma rede, mas espanhola: a de Castela e Leão, com 24 teatros e em que só paga 40 por cento dos espectáculos (o resto é assegurado pela junta de Castela e Leão). Filosofia? "Uma programação de grande qualidade, exigente, não esquecendo criações de risco", mas também espectáculos de grande produção como ópera, "que a Guarda não vê há 30 anos". Do bailado *Quebra-Nozes* sobre o gelo aos concertos de Chico César e JP Simões ou ao novo circo Pupp-Être e à dança de Vera Mantero, o que ali passa podia passar em qualquer sala do país e a prova é que recebe público não só da cidade mas de "toda a região Centro". Tem a preocupação com o sítio onde se insere e sai fora de portas para projectos com a comunidade que passam pela prisão ou pela casa de saúde mental.

INVESTIMENTO POR REGIÕES

VALORES TOTAIS DE DESPESA COM A CULTURA EM 2004

Valores em milhões de euros

141,7
NORTE

120,6
CENTRO

79,6
LISBOA E VALE DO TEJO

63,8
ALENTEJO

36,5
ALGARVE

13,3
AÇORES

6,6
MADEIRA

VALOR PER CAPITA COM A CULTURA EM 2003

Valores em euros

32

39

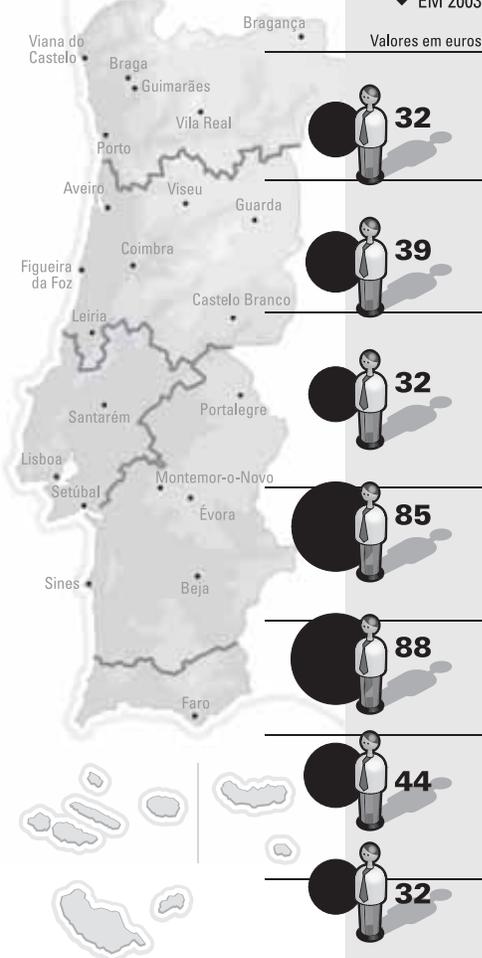
32

85

88

44

32



Dados do primeiro ano de actividade

Orçamento: 1,3 milhões de euros, (765 mil dados pela autarquia)
Lugares: 626 (grande auditório), 164 (pequeno auditório), 125 (café-concerto)
Receitas próprias: 78 mil euros
Taxa de ocupação: 44,2 por cento
Número de espectadores: 43 mil
Número de visitantes: 118 mil (inclui galeria e café-concerto)
Número de sessões: 335
Despesas da autarquia da Guarda com a Cultura em 2004: 6,32 milhões de euros, dos quais 5,1 milhões foram para recintos culturais. Os cerca de 1,2 milhões foram para outros actividades, incluindo património

Teatro Viriato, Viseu

Com uma gestão autónoma da autarquia, o Teatro Viriato, que tem oito anos, tem sido apontado como um dos exemplos da descentralização e da programação de qualidade fora das grandes cidades. A programação tem várias vertentes, diz o director artístico Paulo Ribeiro, coreógrafo, e vai de uma apresentação mais institucional para um público mais vasto ao trabalho junto das escolas (o serviço educativo é uma das grandes apostas) a parcerias com agentes nacionais e internacionais. O que ali

vai podia estar num programa de qualquer cidade, e Paulo Ribeiro diz: "Acho insultuoso pensar que a programação de um equipamento no interior deveria ser diferente."

Orçamento 2006: 750 mil euros (300 mil dados pela autarquia)
Receitas próprias: 92 mil euros
Lugares: 250 a 300
Dados 2005
Taxa de ocupação: 72 por cento
Número de espectadores: 22.758
Número de sessões: 440
Despesas da autarquia de Viseu com a Cultura em 2004: 14,1 milhões, dos quais 6,1 milhões com recintos culturais e 5,8 milhões com património

O Espaço do Tempo, Montemor-O-Novo

O Espaço do Tempo, do coreógrafo Rui Horta, não é bem uma estrutura de programação, é mais uma estrutura de criação onde a ideia de laboratório é central (há vários artistas que vão para ali criar as suas produções). "Somos um sítio onde se fazem os conteúdos que vão ser apresentados nos teatros", diz Rui Horta. Foi/será assim com as criações de Vera Mantero, Joclécio Azevedo, Teatro Praga, João Garcia Miguel... "Fazemos um trabalho silencioso", que inclui o trabalho com as escolas da zona (têm quase 30 projectos nesta área). O problema, diz, é o Ministério da Cultura não compreender o seu projecto, que apoia mas não o suficiente. Apesar de não receber subsídio da autarquia, o Convento da Saudação é um espaço da câmara cedido ao coreógrafo e a autarquia paga ainda as despesas de funcionamento. "Estou em Montemor porque tenho um atarcar que me compreende. Para um projecto desta dimensão tem que haver uma relação fundamental com a autarquia, com as escolas e com as outras associações. A autarquia é das mais pobres em Portugal." A política de Rui Horta é comprar primeiro em Montemor. E diz: "Somos um excelente negócio para Montemor. Fizemos 10 mil refeições aqui" - o que equivale a 75 mil euros.

Orçamento 2005: cerca de 634 mil euros, dos quais cerca de 300 mil são dados pelo Ministério da Cultura, sendo que a autarquia ajuda no pagamento das contas do edifício

Número de espectadores de 2006: cerca de 20 mil

Número de sessões de 2006: 30 residências, cerca de 80 sessões

Despesas da autarquia com a Cultura em 2004: 211 mil euros, dos quais 43 mil com património e 39 mil com publicações e literatura

Teatro Gil Vicente, Coimbra

O Teatro Académico Gil Vicente tem servido quase como um teatro municipal. É financiado pelo ministério (76 mil euros) e foi financiado pela autarquia, mas está neste momento "praticamente" entregue à universidade, a que pertence. Até 2005 a câmara dava 60 mil euros, mas

ENTRALIZAÇÃO DA CULTURA

CARLA CARVALHOTOMAS



SERGIO AZENHA



CARLA CARVALHOTOMAS



propôs a redução para metade e a universidade decidiu recusar o apoio "irrisório", diz Manuel Portela, 41 anos, o responsável desde Julho do ano passado. A filosofia é ter uma programação aberta à cidade". Música erudita, blues, jazz, contemporânea, dança, teatro, cinema são aqui programados: este mês há Jacinta, Michael Nyman, Drumming (na música) ou André Gago no teatro.

Dados 2005

Orçamento: cerca de 600 mil euros (60 mil eram dados pela autarquia)
Receitas próprias: cerca de 100 mil euros
Lugares: 773

Número de espectadores: cerca de 50 mil
Número de sessões: 236
Despesas da autarquia de Coimbra com a Cultura em 2004: 2,7 milhões de euros, dos quais 1,1 milhões com recintos culturais

Centro Cultural Vila Flor, Guimarães

O recém-inaugurado Centro Cultural Vila Flor programa para pelo menos seis espaços diferentes. A filosofia, diz o director José Bastos, é a diversificação de áreas e de géneros.

É uma programação com "um cariz de contemporaneidade" numa cidade envolvida por um importante património histórico. "Toda a programação está balizada por critérios de qualidade, não cedendo a facilismos. Tem uma grande preocupação de formação e fidelização de públicos e um serviço educativo." Não há apenas acolhimento de espectadores: têm uma companhia residente, o teatro Oficina, e fazem co-produções. É uma programação que podia acontecer em qualquer cidade. "A diversidade é a única diferença, porque as grandes cidades têm espaços específicos para

determinada área e aqui tem que ser mais abrangente." Procura não ser concorrencial com os outros espaços. O retorno tem sido não apenas quantitativo como qualitativo e existe porque "tem havido uma aposta continuada na definição de um projecto cultural."

Dados do primeiro ano (foi inaugurado a 17 de Setembro de 2005)
Orçamento: 2,6 milhões de euros, (1,8 milhões dados pela câmara e 43 mil pelo ministério)
Receitas próprias: 750 mil euros
Número de espectadores: cerca de 61 mil (85 mil participantes em todas as actividades)
Lugares: 794 (Grande Auditório), 188 (Pequeno Auditório), 60 (Palácio Vila Flor), 100 (Jardins), 150 (Café-Concerto), 50 (outros)
Taxa de ocupação: 51 por cento
Número de sessões: 349
Despesas da autarquia de Guimarães com a Cultura em 2004: 7,1 milhões de euros, dos quais sete mil em recintos culturais

Centro de Artes de Sines

Auditório, centro de exposições, arquivo, biblioteca: o Centro de Artes de Sines, desenhado pelos arquitectos Aires Mateus, tem uma programação transdisciplinar e uma vertente pedagógica. Com uma programação regular desde Janeiro, Marta Mestre, coordenadora, fala mesmo do edifício como um "marco da arquitectura" que fez uma "demarcação do Sul". A área geográfica de influência estende-se de Setúbal ao Algarve e interior do Alentejo e o centro tem "uma vertente de serviço público". Desde o início foi pensado como uma plataforma das artes ao Sul. "Uma das nossas reflexões principais é sobre a necessidade de fortalecermos a programação, o serviço cultural prestado, reinventando com isto a própria ideia de um projecto cultural contemporâneo em Sines. Este mês há desde um concerto de Jacinta à exposição Densidade Relativa, em colaboração com a Gulbenkian. No Verão trabalharam com o festival Músicas do Mundo, que tem também orçamento camarário.

Orçamento de 2006: 200 mil euros para a programação, dados pela autarquia
Valor de receitas: 13 mil euros
Número de espectadores/visitantes em 2006: cerca de 56 mil
Lugares: 191 (auditório)
Despesas da autarquia de Sines com a Cultura em 2004: 840 mil euros, dos quais 84 mil com publicações e literatura

Teatro de Vila Real

Com uma programação transdisciplinar e serviço educativo, o Teatro de Vila Real programa para públi-

7 milhões de espectadores

Números do Instituto Nacional de Estatística: em 2004, sete milhões de pessoas assistiram a espectáculos ao vivo, gerando uma receita de 29 milhões de euros. O teatro foi a área isolada que mobilizou mais pessoas: 1,7 milhões de espectadores e 8,8 milhões de euros de receitas de bilheteira; a música clássica e a ligeira só mobilizaram 2 milhões. O preço médio de bilhete foi de 10,3 euros, e a ópera foi o género com o preço médio por bilhete mais caro, 28,7 euros. Foi em Lisboa e no Norte que se concentraram a maioria dos espectadores e receitas de espectáculos ao vivo: as duas regiões são responsáveis por 63 por cento do total de espectadores e por 80 por cento das receitas. O cinema captou 18,8 milhões de espectadores e teve 76 milhões de euros de receitas. Os museus 8,9 milhões de visitantes, as galerias e outros espaços 5 milhões.

cos "muito diversos", diz Vítor Nogueira, director. Organizam três festivais com o Teatro de Bragança, o Centro Cultural de Chaves e Lamego, até porque uma das filosofias é co-produzir e trabalhar "muito em rede a nível regional". "Sozinhos não conseguimos trabalhar", observa Vítor Nogueira. De concertos de David Fonseca, JP Simões, a teatro por António Fagundes ou companhias independentes do Porto, o programa tem em conta o facto de estar em Trás-os-Montes. É preciso "mostrar coisas muito diversas mas sempre com uma preocupação cosmopolita", sem "virar as costas aos criadores da região, amadores e profissionais". "Programamos para várias minorias."

Dados do primeiro ano (foi inaugurado a 17 de Setembro de 2005)
Orçamento: 1 milhão de euros (600 mil dados pela autarquia)
Receitas próprias: 400 mil euros
Número de espectadores: cerca de 69 mil
Lugares: 500 (Grande Auditório), 150 (Pequeno Auditório), 700 (Auditório Exterior)
Taxa de ocupação: 89,4 por cento
Número de sessões: 432
Despesas da autarquia de Vila Real com a Cultura em 2004: 6,7 milhões de euros, dos quais 5,3 milhões em recintos culturais

Teatro Municipal de Faro

O Teatro Municipal de Faro acaba por funcionar como um teatro do Algarve (a área de actuação vai de Tavira a Portimão), diz Paulo Neves, director desde Janeiro. É o único equipamento nesta zona com fosso de orquestra e vão ser os primeiros a apresentar uma ópera produzida na região, *Don Giovanni*, encenação de Paulo Matos. "A programação ainda depende da rede que conseguimos concertar" - com o CCB, a Culturgest, ambos em Lisboa, o Rivoli, no Porto, e os cine-teatros que foram sendo inaugurados -, mas "as coisas estão a funcionar com a entreajudia entre os teatros". Sem serem espectáculos comerciais, programam para vários públicos e muito para a formação de públicos, diz. Dos Gift a Shostakovich, da dança de Heddy Maalem à Naifa. E funciona ainda como centro de congressos. "Acrescentou muito valor à região, à oferta cultural e à captação de eventos." O maior sucesso? Programas familiares ao domingo.

Dados do primeiro ano (foi inaugurado em Julho de 2005)
Orçamento: 1,3 milhões de euros, dos quais 1 milhão dados pela autarquia
Número de espectadores: 29.310 (Janeiro a Setembro)
Lugares: 794
Taxa de ocupação: 59 por cento
Número de sessões: 90
Despesas da autarquia de Faro com a Cultura em 2004: 3,8 milhões de euros, dos quais 3,7 milhões em recintos culturais

Centro de Artes da Figueira da Foz

O Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz depende da Junta de Turismo e consegue uma receita própria de 300 mil euros, através de um acordo com as companhias: em vez de pagar o *cachet* aos artistas, partilha a receita de bilheteira. Resultado: não vão gastar 97 mil euros do seu orçamento. A filosofia é ter uma média de quatro a cinco espectáculos por mês e aproveitar os espectáculos em itinerância. São espectáculos virados sobretudo para o grande público. Exemplos: de Nuno Guerreiro à Menina do Mar pela Orquestra Filarmónica das Beiras.

Orçamento: 400 mil euros, dados pela autarquia
Receitas próprias: 300 mil euros
Taxa de ocupação: 60 por cento
Número de sessões: 4 a 5 por mês
Despesas da autarquia de Faro com a Cultura em 2004: 401 mil euros, dos quais 67 mil em recintos culturais